

A FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS (FUP) E O PLANO DE NEGÓCIOS DA PETROBRÁS

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2015

O CONTEXTO

Os trabalhadores e as trabalhadoras do sistema Petrobrás, pertencentes a base sindical da Federação Única dos Petroleiros, sempre buscaram em sua trajetória influenciar os rumos estratégicos desse setor, particularmente sobre seus planos de investimentos e de sua gestão. Essa disputa permanece em nossa agenda, tendo a valorização do trabalho e o desenvolvimento brasileiro, como seus maiores valores orientadores.

Somos convictos de que a luta sindical não deve tratar apenas das justas e necessárias questões reivindicativas laborais. Vamos além. Foi assim desde o surgimento da Petrobrás, de seus primeiros passos, de suas ameaças e, sobretudo, no auge das políticas neoliberais das décadas 1990-2000. Essa experiência nos credenciou perante a sociedade e, juntamente com outros segmentos, agimos como guardiões na defesa desse patrimônio nacional.

Nossa elaboração parte da opinião que o nosso país se caracteriza – como a América Latina – por um padrão de desenvolvimento tardio e dependente. Afirmamos que a superação dessa grande defasagem deve se dar pela intervenção direta ou regulada do Estado nacional. Confiantes nessa assertiva, entendemos que o Sistema Petrobrás, destacando-se a renda do pré-sal, deve ser o grande fiador para viabilizar esse projeto, onde a educação, a indústria, o trabalho e a tecnologia nacional devem ser os grandes alvos. Somente a partir desse compromisso, construiremos as condições para transitarmos da atual economia nacional primarizada, para uma soberana, competitiva e com alto valor agregado.

Resultante também, desses esforços, constata-se que nos últimos anos esse Sistema foi fortalecido enquanto patrimônio e, sobretudo, buscou cumprir seu papel econômico e social para a nação. Investimentos robustos, geração de milhares de empregos através do fomento às diversificadas cadeias produtivas, bem como a recomposição de direitos e de seus quadros profissionais, foram marcas desse período. Além disso, conquistou-se uma legislação petrolífera que melhor preserva os interesses nacionais.

No entanto, durante essa trajetória exitosa mais recente, descobriu-se um antigo, grave e condenável esquema de corrupção por dentro e por fora da Petrobrás. Essa circunstância ressuscitou os inimigos históricos da empresa e reacendeu a cobiça de

grupos nacionais e internacionais, colocando a empresa na condição de instrumento maior na disputa política no país. Soma-se a essa situação, os impactos da crise internacional no Brasil, dos quais o novo preço do barril do petróleo e a questão cambial, vêm afetando diretamente as suas condições econômicas. A resultante é que a Petrobrás fragilizou-se institucionalmente, enfraqueceu seus meios de financiamento e sua carteira de projetos. Passamos a ter assim, um ambiente propício para aqueles que tentam apequená-la e até privatizá-la.

Esse foi o contexto que provocou as mudanças na estrutura de sua gestão. No entanto, o que mais preocupa, são os efeitos provocados pela concepção de um antigo modelo de empresa, cuja materialização foi a aprovação, em julho deste ano, do novo plano de negócios, o PNG 2015-2019. A partir daí, fica claro a ameaça ao papel estratégico que a Petrobrás vem desempenhando para o país.

Por essas razões, intensificamos novos esforços na direção de não permitir que estratégias antinacionais prevaleçam na condução do sistema petrolífero. Nessa perspectiva, apresentamos as linhas estruturantes para um novo Plano de Negócios, orientado para fortalecer a Petrobrás e, com essa condição, cumprir seus objetivos perante seus trabalhadores e o povo brasileiro.

PREMISSAS DA FUP PARA UM NOVO PLANO DE NEGÓCIOS

Primeira: Reconhecemos que o novo preço médio internacional do barril de petróleo é um fator que condiciona toda atividade de petróleo, em todo o mundo, exigindo revisões de planos e adaptações em suas carteiras de investimentos;

Segunda: Consideramos que o impacto da questão cambial no Brasil – que também sofre os efeitos da crise mundial – requer novas adaptações financeiras, mas não pode ser um pretexto para desmobilização de projetos;

Terceira: As circunstâncias do setor não implicam em renunciar o papel das empresas estatais, nem adotar legislações que fragilizem o papel dos Estados nacionais;

Quarta: A Petrobrás deve manter-se como uma empresa de energia e integrada;

Quinta: Reafirmamos a política do conteúdo nacional e a manutenção da atual legislação petrolífera do Brasil;

Sexta: Planejamento de longo prazo e retomada das concepções dos planos de negócios subordinados ao plano estratégico nacional, para intensificar o desenvolvimento brasileiro;

Sétima: Os níveis e as formas de endividamento atuais da empresa não devem ser superados com a venda de ativos. Além disso, as condições econômicas do setor desaconselham;

Oitava: A Petrobrás deve liderar acordos de leniência com as empresas nacionais prestadoras de serviços;

Nona: Ampliação de parcerias estratégicas com o BRICS.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

SOBERANIA NACIONAL

- Governo brasileiro deve aproveitar o momento de queda no valor das ações da Petrobrás e fechar seu capital, adquirindo suas ações ordinárias e preferenciais em circulação e cancelar de registro de companhia aberta;

SOBRE O ENDIVIDAMENTO:

- Alongar e viabilizar operações financeiras que troquem dívidas em dólares, por reais.

GERAÇÃO DE CAIXA:

- Utilizar a logística e a infra-estrutura disponível para agregar-lhes valor. Instalação de cabos de fibra ótica nas faixas de dutos, por exemplo;

- Elaborar uma política de preço, para os derivados do petróleo, de longo prazo e adotar critérios seletivos que protejam os consumidores de baixa renda, como o gás de cozinha por exemplo.

FONTES PARA INVESTIMENTOS:

- Estabelecer relações financeiras com o Banco do BRICS e o Banco de Infraestrutura da China;

- Acessar 10% das reservas internacionais brasileiras e, via Fundo Soberano, honrar compromissos externos em dólares;

- Ampliar acordos de financiamento, utilizando-se antecipadamente do petróleo, como meio pagador;

- Revisar o acordo que antecipou créditos tributários junto ao Governo Federal;

- Inserir a Petrobrás no programa Federal que facilita o crédito junto às instituições financeiras públicas, principalmente com o BNDES;

- Preparar um estudo sobre quais projetos do sistema Petrobrás possam ser transformados em estruturados, o Project Finance;

- Sem inibir os demais projetos e ativos, identificar os que podem garantir retornos mais imediatos;

AS ARGUMENTAÇÕES DA PAUTA PELO BRASIL

PLANO DE INCENTIVO A DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PIDV)

Cláusula 1 – A COMPANHIA se compromete a realizar, imediatamente, via concurso público, a recomposição dos desligamentos oriundos do PLANO DE INCENTIVO A DEMISSÃO VOLUNTÁRIA (PIDV), colocado em prática nos anos de 2014 e 2015, bem como respeitar a função exercida pelos trabalhadores desligados.

Parágrafo Único. O efetivo deverá ser recomposto seguindo o cronograma de desligamentos do próprio PIDV.

RECOMPOSIÇÃO DO EFETIVO

Cláusula 2 – A COMPANHIA realizará, em conjunto à FUP e seus SINDICATOS, negociações necessárias para a recomposição dos seus quadros ainda no primeiro ano do atual plano de negócios e gestão, ou seja, até dezembro de 2015.

Parágrafo 1º. Caberá à FUP indicar uma entidade para o levantamento das informações, bem como fiscalizar o andamento do mesmo.

Parágrafo 2º. Após a avaliação e a ratificação do levantamento pela FUP e seus SINDICATOS, será elaborado um cronograma para o cumprimento da recomposição dos quadros.

Parágrafo 3º. A recomposição dos quadros, impreterivelmente, ocorrerá até dezembro de 2019.

Parágrafo 4º. Enquanto as negociações não forem concluídas a COMPANHIA se compromete a repor, respeitando a função exercida pelos trabalhadores desligados, seu quadro de funcionários em igual número ao das dispensas.

Argumentações

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">a) Melhorar as condições de saúde e segurança no trabalho;b) Redução do volume de horas extras; |
|--|

- c) Redução do número de trabalhadores terceirizados, principalmente em atividades fim;
- d) Eliminação dos desvios de função.

NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Cláusula 3 – A COMPANHIA apresentará, imediatamente, para a FUP e seus SINDICATOS a composição da nova estrutura organizacional, já apresentada na reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO no dia 26/06/2015.

Parágrafo 1º. A COMPANHIA, passada a fase de apresentação, abrirá negociações com a FUP e seus SINDICATOS para a composição da nova estrutura organizacional.

Parágrafo 2º. A nova estrutura organizacional somente será implementada após a avaliação e ratificação pela FUP e seus SINDICATOS.

Argumentações

- Após aprovação do Conselho de Administração
- a) Apresentar uma nova estrutura organizacional com maior transparência e agilidades na tomada de decisão;
 - b) Levar em consideração as proposições feitas pela FUP.

NOVA POLÍTICA DE SAÚDE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA (SMS)

Cláusula 4 – A COMPANHIA criará, imediatamente, com a FUP e os SINDICATOS, um mecanismo de elaboração e implementação de uma nova política de SMS.

Parágrafo 1º. A COMPANHIA criará, em sua nova estrutura organizacional, um órgão responsável por SMS, com status de uma diretoria nos moldes da atual estrutura organizacional.

Parágrafo 2º. A COMPANHIA criará, imediatamente, um Comitê Gestor do órgão SMS, com a participação de representantes da FUP e seus SINDICATOS, com o objetivo de discutir questões relativas a um programa de SMS e de propor sugestões para o seu funcionamento.

Parágrafo 3º. O Comitê Gestor do órgão SMS será paritário e deliberativo, com membros indicados pela FUP e seus SINDICATOS e pela COMPANHIA.

Argumentações

- a) A Gestão de SMS da Petrobrás não pode ser isolada. Precisa ser dinâmica e aderente à realidade de todo o Sistema Petrobrás;

b) Também, precisa ter maior autonomia e participação dos trabalhadores.

MANUTENÇÃO DA PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

Cláusula 5 – A COMPANHIA se absterá de realizar qualquer abertura de capital de sua subsidiária Petrobrás Distribuidora S/A.

Argumentações

- a) Petrobrás deve manter-se como uma empresa integrada de energia, garantindo sua rentabilidade;
- b) Petrobrás não deve abrir mão do mercado nacional de distribuição de combustíveis.

MANUTENÇÃO DOS INVESTIMENTOS NOS CAMPOS MADUROS

Cláusula 6 – A COMPANHIA se compromete com a manutenção e/ou ampliação das atividades de exploração e produção nos campos maduros, terrestres e marítimos, no Brasil.

Argumentações

- a) Cumprindo com sua Responsabilidade Social, a Petrobrás deve manter seu compromisso com a geração de emprego e renda nas localidades onde atua;
- b) Os campos maduros ainda estão produzindo, são importantes para a autossuficiência do país e seus investimentos já foram maturados (custos menores para operação).

AS INCORPORAÇÕES

Cláusula 7 – A COMPANHIA procederá à incorporação integral de todas as suas unidades controladas e subsidiárias, passando suas atividades a serem exercidas pela controladora.

Parágrafo 1º. A COMPANHIA procederá a incorporação integral e imediata de sua controlada FABRICA DE FERTILIZANTES ARAUCARIA NITROGENADOS S.A. (FAFEN/PR - Araucária Nitrogenados), passando suas atividades a serem exercidas pela controladora.

Parágrafo 2º. A COMPANHIA apresentará à FUP e seus SINDICATOS, imediatamente, relatório contendo todas as informações referentes à atual situação de suas unidades controladas e subsidiárias, devendo constar neste relatório, detalhes sobre composição do quadro acionário, bem como os projetos de investimentos para essas unidades.

Argumentações

- a) Possibilidade de redução de custos, cerca de R\$1 milhão por ano, em

contratos de matérias primas e impostos;
b) Importância na produção de fertilizantes e da soberania alimentar.

Cláusula 8 – A COMPANHIA envidará esforços junto ao governo para a incorporação integral de sua subsidiária PETROBRÁS TRANSPORTE – TRANSPETRO S.A, devendo, ao final do processo, assumir suas atividades como controladora.

Parágrafo 1º. As tratativas citadas no caput terão início, ainda no primeiro ano do atual plano de negócios e gestão, ou seja, até dezembro de 2015.

Parágrafo 2º. A COMPANHIA irá apresentar à FUP e seus SINDICATOS um cronograma para a incorporação da TRANSPETRO S.A.

Argumentações

- a) Petrobrás deve manter-se como uma empresa integrada de energia, garantindo sua rentabilidade;
- b) Importância na tomada de decisão em relação a sua logística de petróleo e gás, perdendo seu caráter industrial;
- c) Redução de custos com impostos e serviços prestados entre as duas empresas.

CONCLUSÃO DE OBRAS

Cláusula 9 – A COMPANHIA se compromete a concluir, com plena realização do projeto em execução até março de 2014, a construção das seguintes unidades:

- (a) Refinaria ABREU E LIMA (PE);
- (b) Refinaria COMPLEXO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ); e
- (c) Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (FAFEN-MS).

Parágrafo único. As conclusões das obras citadas terão início ainda no primeiro ano do atual plano de negócios e gestão, ou seja, até dezembro de 2015, tendo como prazo final dezembro de 2019.

Argumentações

- a) Essas refinarias, principalmente o Comperj, são importantes para escoamento da produção de gás natural e petróleo, principalmente do pré-sal;
- b) São importantes para abastecimento de derivados no Brasil e geração de riquezas, além de reduzir as importações de derivados;
- c) Não terminar as obras causa impacto econômico e social nas regiões onde estão localizados;
- d) Importância na produção de fertilizantes e da soberania alimentar;
- e) Importância nas questões ambientais, como a produção do Diesel S-10, com redução de emissões de materiais e óxidos de nitrogênio.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E O INCENTIVO DA ECONOMIA NACIONAL

Cláusula 10 – A COMPANHIA manterá seus investimentos na indústria nacional de petróleo e gás, mediante o cumprimento das metas estipuladas pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) para o conteúdo local.

Parágrafo único - A COMPANHIA adotará os níveis de investimentos, aplicados entre os anos de 2008 e 2013 - observando a variação dos valores em reais (R\$) e atualizando-os pela variação inflacionária do período - em todas as suas demandas para a cadeia produtiva nacional da indústria do petróleo e gás, contratando suas plataformas, sondas, embarcações de apoio e etc. no país.

Argumentações

Conforme apresentado anteriormente:

- a) A Petrobrás deve liderar acordos de leniência com as empresas nacionais prestadoras de serviços;
- b) Utilizar-se de possibilidades de novos financiamentos.

Cláusula 11. A COMPANHIA, diante de sua responsabilidade social, garantirá a plena disponibilidade das Unidades Termelétricas para atendimento das necessidades do mercado interno de fornecimento de energia elétrica.

Argumentações

- a) Importância na soberania energética nacional.

Cláusula 12. A PETROBRÁS assumirá, publicamente, a sua plena condição e o seu interesse em permanecer como operadora única dos campos do pré-sal, conforme garante a lei 12.351/2010 (Lei da partilha).

Argumentações

- a) A Petrobrás é fundamental para o modelo de partilha, política de conteúdo local e recursos para o fundo social;
- b) Interesse das grandes operadoras no pré-sal.

Cláusula 13. A FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS (FUP) e seus SINDICATOS reforçam que não aceitarão qualquer retrocesso nos direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Argumentações

- a) As experiências históricas de redução de direitos trabalhistas, no Brasil e no mundo, mostraram-se um fracasso;
- b) Esses direitos trabalhistas não impossibilitaram o crescimento da empresa;
- c) Não aceitamos redução de direitos conquistados.